



Mário Abrantes

## Tantas dificuldades e tanta falta de soluções

Segundo os números mais recentes (divulgados pela DECO), durante o ano de 2022 em todo o país aumentaram muito as dificuldades financeiras enfrentadas pela esmagadora maioria das famílias portuguesas. Com a persistência da subida especulativa dos preços em setores estratégicos como a alimentação, a energia e a habitação, tudo aponta para que esta situação se vai continuar a agravar de forma muito preocupante em 2023. Neste contexto geral já de si calamitoso, destacam-se mais acentuadamente as situações do Alentejo, dos Açores e do Algarve.

Pelo menos três em cada quatro famílias açorianas estão neste momento a passar por necessidades e dificuldades financeiras para suportar os seus encargos fundamentais com a alimentação, a habitação, a água, o gás e a eletricidade, mas também com a educação, a saúde, os transportes e a mobilidade. Num arquipélago campeão nacional das desigualdades, mesmo muitas famílias mais desafogadas deixaram de conseguir poupar, vivendo sobretudo para pagar as suas contas...

E como estão a assumir as suas responsabilidades e a reagir os diferentes níveis de poder, mandatados para combater e inverter este quadro sombrio?

Na república a resposta que tem chegado da maioria absoluta do PS é o pacote insuficiente das medidas de apoio à habitação, que apesar de muito atacado pela direita, não toca no problema da escalada especulativa dos preços, dando-lhe antes cobertura, e pondo o Estado (isto é, o cidadão) a responsabilizar-se totalmente pelos encargos com os apoios às famílias mais carenciadas. Na alimentação pouco vai além da criação do selo de preço justo e do lançamento de mais estudos...

Das direitas (PSD, IL e CHEGA) chegam-nos respostas ainda mais enganadoras, como seja a baixa do IVA na alimentação. Engano já constatado

em Espanha, e já provado nos Açores quando esse imposto desceu para 16%, tendo essa baixa ido parar toda às margens de lucro dos intermediários e deixando os preços precisamente na mesma.

Quanto às medidas regionais, fica pouco para além da bazófia da vice-presidência ao insinuar que o governo da república veio atrasado em relação aos Açores e não trouxe nada que não estivesse já contemplado por iniciativa da coligação direitista do PSD/CDS/PPM. No entanto, muito poucos (e mesmo esses de forma discriminatória) serão aqueles que conseguirão cumprir os critérios estabelecidos tanto para os apoios à habitação como para os apoios aos salários e rendimentos, persistindo o favorecimento aos baixos salários...

E com o obediente ámen dos governos da república e regionais, o que nos chega da burocracia europeia? O 11º pacote de sanções à Rússia e o envio massivo de armamento à Ucrânia alimentam a inflação e a especulação, saindo duro pela culatra aos povos dos países da União Europeia. Isto enquanto a presidente do BCE, perdendo todo o verniz, anuncia nova subida das taxas de juro e apela à “redução rápida e concertada” (à redução sim, leu bem caro leitor) dos apoios dos governos da UE às famílias, por causa da inflação.

É esta a verdade crua: A indiferença real dos atuais poderes e das direitas face às grandes dificuldades por que passam milhões de seres, europa fora.

Só assim se compreende que para estas elites políticas pareçam ser tabus a fixação de preços dos bens essenciais, o aumento de salários, o reforço do investimento público, a limitação de rendas e de despejos ou a proteção de créditos à habitação. Tabus apenas violados ou desmascarados com insistência pelos partidos mais à esquerda: o PCP e o BE, pelos trabalhadores e respetivos sindicatos e pelo povo que cada vez mais reclama nas ruas...



Teresa Nóbrega \*

## Quo Vadis São Miguel

Uma onda de entusiasmo e de optimismo varre a Ilha Terceira. Desenvolvimento e futuro são as palavras de ordem, numa ilha onde o eleitorado é disputado taco a taco por todas as forças políticas, não só as da oposição mas principalmente os partidos coligados num Governo que prometeu devolver a qualquer preço, a centralidade à Ilha Terceira.

Temos vindo a assistir nos últimos tempos a uma diversidade de investimentos em concretização ou em projecto, associados a um espírito reivindicativo permanente e a uma ambição desmedida apadrinhada por um Governo de coligação com berço naquela ilha e que só tem olhos para ela.

A oposição tem forçosamente de ser criativa e o Partido Socialista, sob a batuta de Sérgio Ávila, pôs-se a caminho, correndo todas as freguesias da ilha perguntando à população “Que Terceira Queremos”, cujo objectivo é promover a reflexão sobre o desenvolvimento e o futuro da ilha e dar voz a todos os terceirenses. Pela primeira vez na política regional particulariza-se uma ilha, o que sempre foi tabu. Em todas as outras impera o marasmo político.

Pela Terceira vale tudo. O Conselho de Ilha exige o mesmo número de voos que São Miguel tem para a Madeira, três por semana, haja ou não passageiros. Isso não é importante. Importante é ter igual a São Miguel. Solícita, a Secretária da tutela prometeu “pôr mãos à obra”. Nunca se diz não à Terceira.

O Porto da Praia da Vitória, único porto do planeta denominado de oceânico, precisa de movimentar mais carga. A solução preconizada é desviar escalas do Porto de Ponta Delgada. E tirem a ideia de quererem um novo porto, nem pensem...

A lista de investimentos já realizados ou em projecto na Terceira contrasta com o marasmo que reina em São Miguel. Beneficiando do PREIT, Plano de Recuperação Económica da Ilha Terceira, criado para mitigar a redução de efectivos militares norte-americanos na Base das Lajes, acontecimento fortemente mediatizado na época pela esquerda portuguesa com o seu espírito anti-americano, resultou num impulso sem precedentes para o desenvolvimento da Ilha Terceira. O investimento ao abrigo deste programa ainda continua nos nossos dias.

Idêntica sorte não tiveram São Miguel e o Pico. O colapso da construção civil na época da “troika” provocou uma hecatombe de desemprego na ilha de São Miguel e no Pico, o encerramento da fábrica da COFACO teve um impacto de 4,3 % no emprego directo e indirecto na ilha. Apesar de ter sido pedido um plano de recuperação económica nunca foi acolhido pelos nossos governantes.

É neste contexto que surge a questão dos cabos submarinos. A gestão a adotar impunha que o cabo que nos liga directamente ao Continente e daí ao resto do Mundo continuasse amarrado na maior e principal ilha do arquipélago, com mais de metade da população e 60 % das comunicações.

E se para o Presidente do Governo Regional “é uma intransigência” do Governo a que preside, os dois cabos, o principal que nos liga directamente ao Continente e o segundo cabo, o que nos liga à Madeira e daí ao Continente, não amarrarem na mesma ilha, a lógica, de qualquer ponto de vista, técnico, económico, social, político ou qualquer outro impõe que o cabo a deslocar seja o que liga os Açores à Madeira, sendo claramente a ilha Terceira, que concentra 20 % das comunicações, ou seja, tanto como as restantes ilhas juntas, a ilha onde deverá amarrar esse cabo da Madeira.

O Cabo Submarino que nos liga directamente a Carcavelos não será substituído antes de 2026 e o da Madeira deverá ser substituído em 2028. É tempo de começar a tratar dessa substituição, pois os cabos submarinos, principalmente para nós insulares, são a auto-estrada do nosso desenvolvimento.

A teimosia no modelo até agora apresentado, poderá conduzir a uma rotura irreparável da “ilha da pobreza” com esta Autonomia, que a castiga e a enjeita. Nunca mais será como dantes.

“...bem poderíamos com quaisquer adversários de fora, mas a queda seria irremediável se nos dividíssemos entre nós!” Mota Amaral in “Casas divididas”

\*Jornalista

A autora escreve de acordo com a anterior ortografia